

LIGA DE UNIÃO E DE ACCÇÃO REVOLUCIONÁRIA



A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES
SERÁ OBRA
DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Como é do conhecimento geral, forças políticas que participam no Governo Provisório, ou o apoiam, algumas das quais reclamando-se da classe operária e do socialismo, tentam explicar o surto grevista que se seguiu ao 25 de Abril, ao mesmo tempo que o desnaturalam e desejam estancar, agitando dois fantasmas: o dos provocadores a soldo da reacção e o da esquerda revolucionária que faria o jogo da extrema-direita.

Segundo nós, a análise em que se baseia tal facto, amplamente divulgada pelos diversos meios de informação, é determinada no seu simplismo por três aspectos: o da colaboração de classes próprio ao reformismo; o do paternalismo implícito na afirmação de que a classe trabalhadora é tão ingénua e menor que se deixa manobrar por provocadores; e o da confissão manifesta de fraqueza dos partidos tradicionais, na medida em que admitem que os trabalhadores fugiram ao seu controlo.

1 - O VERDADEIRO INIMIGO

No seio da luta de classes são antagónicas e incenciliáveis as duas principais: a burguesia e a classe trabalhadora. Por este facto, não são possíveis atitudes intermédias, ou se está com uma ou se está com a outra.

Após a insurreição militar, que analisaremos noutra altura, a natureza de classe do Estado não se alterou, assim como se manteve a apropriação dos meios de produção pela burguesia e a divisão em dominantes e dominados.

Deste modo, o movimento reivindicativo desencadeado a nível nacional pela classe trabalhadora, demonstra não a fragilidade desta face à apregonda investida da reacção, mas sim a sua força, capacidade organizativa e espontaneidade combativa. Estas potencialidades, desportas e postas em prática graças à agudização das contradições

provocadas pela queda parcial do fascismo, demonstram ainda o ultrapassar pelos trabalhadores das estruturas sindicais corporativas e dos focados aparelhos reformistas que já antes desempenhavam o papel de travão agora acentuado.

Não é a luta dos trabalhadores que provocará o "caos económico". Este já existe, devido à administração e ao domínio da burguesia donde algumas camadas por razões táticas de defesa dos interesses, ganharam agora uma patine "progressista".

Se a guerra das colónias se prolongou por todos estes anos consumindo 42% das despesas totais do Estado (15 milhões de contos em 1972), não foi por vontade dos trabalhadores. Se as remessas do milhão de emigrantes (25 570 milhões de contos), favorecem a inflação galopante, não é porque os trabalhadores tenham partido da sua terra por "espírito de aventura" como se dizia e diz. Se para além da guerra os superlucros das empresas capitalistas nacionais e estrangeiras agravam essa inflação, também não é por culpa de quem vive da venda da sua força de trabalho.

Assim, colocando-nos na óptica da classe trabalhadora, consideramos que as suas reivindicações são justas, na medida em que as mesmas só não são suportáveis dentro da lógica do sistema capitalista que é a das classes dominantes.

Uma atitude correcta de quem defende os interesses de operários, camponeses e empregados, consiste em demonstrar que:

- Não são os aumentos de salários que provocam a inflação mas sim os factores que citámos anteriormente;
- As reivindicações dos trabalhadores poderiam ser satisfeitas na generalidade, se se retirassem às grandes empresas as suas importantes margens de lucros que de 1971 a 1973 registaram o aumento seguinte para as que apontamos como exemplo:

	(lucros 1971	+ provisões em contos) 1973	%Aumento
C.U.F. . . .	53 616	158 986	196
Siderurgia (Châmpalimaud) . .	56.657	436 764	671
B. Portugueses do Atlântico	202 079	361 179	79
B. Alentejo (grupo B. & Irmão)	9 572	42 846	348

se Portugal não estivesse, cada vez mais, dominado pelos capitais estrangeiros (entre 1971 e 1973 quer como participação social quer

como empréstimos, aumentaram de 73% passando de 1,5 para 2,7 milhões de contos) os quais são investidos nos sectores mais rentáveis, contribuindo assim para o desequilíbrio da economia nacional: enquanto que na agricultura diminuíram de 44%, aumentaram de 85,4% nos serviços (hoteis, etc.), 68% no comércio, Bancos, Seguros e operações sobre imóveis, e só 34% nas indústrias transformadoras sector fundamental ao desenvolvimento do país; se os fenomenais lucros desses capitais não saísem do país, até por meios fraudulentos, e fossem ao menos reinvestidos; se, finalmente e simplesmente, a propriedade dos meios de produção passasse das mãos das trinta e quatro famílias portuguesas e dos estrangeiros, para as mãos da grande maioria explorada.

2 - A POSSIBILIDADE DE REACÇÃO

Por tudo isto, o perigo de reacção não se encontra nem na luta da classe trabalhadora nem na actividade da ainda fraca esquerda revolucionária.

A possibilidade de reacção existe:

- Na manutenção das estruturas sociais e económicas geradoras do fascismo e que continuam a corresponder aos interesses de certas camadas da burguesia;

- Na ainda existência de órgãos de repressão do anterior regime e de legionários, "pides" e informadores, não abrangidos pelo anunciado "saneamento";

- Nos interesses das classes dominantes, representadas na actual administração, que não estarão dispostas a admitir nem a combatividade da classe trabalhadora nem o fortalecimento da esquerda revolucionária.

Deste modo, a neutralização da possível e provável ^{reaccionária} investida, só é possível, precisamente, graças à organização dos trabalhadores nas fábricas, nos campos, nas oficinas e nos escritórios, ao desenvolvimento da sua luta e à consolidação da vanguarda revolucionária.

3 - A GREVE COMO ARMA

A classe trabalhadora não precisou que os governos burgueses lhe reconhecessem o direito à greve, para o obter e exercer de facto no decurso da luta pela sua emancipação. Mas agora, reconhecido de novo em Portugal, de jure, esse direito, é curioso como as diversas forças reunidas no poder, tentam recusá-lo pela subtilidade dos argumen-

tos desmobilizadores que focámos atrás e, certamente, em breve pela força da lei ou simplesmente policial.

Porém, a greve não é só uma arma de combate nas mãos dos trabalhadores, mas também o exercício na prática do poder futuro, um meio de organização e consciencialização na luta, representa, digamos, a manobra preparatória da transferência socialista da propriedade.

Pela greve os trabalhadores mostram que os patrões sós não põem fábricas a funcionar nem campos a produzir. Pela ocupação dos locais de trabalho contesta-se a apropriação dos meios de produção pela burguesia dominante. Pela autogestão de combate, demonstra-se a capacidade dos trabalhadores para assumirem a administração do país. De tudo isto e da violência de massas nascerá a revolução socialista.

Se a experiência de democracia burguesa actualmente esboçada se prolongar suficientemente, não duvidamos que pela evolução natural das coisas os sindicatos se tornarão, como na maioria dos países capitalistas onde o reformismo impera, instituições burocratizadas necessárias à existência do sistema capitalista, órgãos de controlo dos trabalhadores e de nivelamento das contradições nascidas da luta de classes.

Mas há que evitar que isto aconteça, assim, a organização da luta da classe trabalhadora tem de assentar na base, em comissões de fábrica, de oficina, de escritório que representem e defendam os seus reais interesses, criando as infraestruturas do futuro poder operário.

Numa terminologia conhecida chamam-se de selvagens as greves desencadeadas pelos trabalhadores ultrapassando as directivas e o controlo dos órgãos políticos e sindicais. Mas os trabalhadores não precisam de pedir autorização a ninguém nem a nenhum partido para lutar. Os trabalhadores só podem contar consigo mesmos no combate contra os patrões. O desejo social-democrata e burguês de uma utópica harmonia entre as classes, significa a vontade de manter o domínio do Capital.

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES!

Junho de 1974

L.U.A.R.